



Escola de Administração Fazendária

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Concurso Público - 2006

Provas 1 e 2

Analista Jurídico

Instruções

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Não tenha medo de crescer lentamente. Tenha medo apenas de ficar parado.”

- 4 - DURAÇÃO DAS PROVAS: **4h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Nas provas há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
- 9 - Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início das provas. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.
- 13 - Estas provas estão assim constituídas:

Provas	Disciplinas	Questões	Pesos
1	Língua Portuguesa	01 a 20	1
	Direito Civil	21 a 30	
	Direito Processual Civil	31 a 40	
	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	41 a 50	
2	Direito Constitucional	51 a 60	2
	Direito Administrativo	61 a 70	
	Direito Comercial	71 a 80	

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões 1 e 2.

De maneira simplificada, o orçamento é composto não apenas de contas e números, mas também de expressões que descrevem os propósitos e as ações de governo (melhoria da saúde da população, redução das desigualdades regionais, promoção das exportações, desenvolvimento do ensino fundamental etc.), aos quais são alocados determinados valores, considerando os insumos necessários à sua realização. Portanto, o orçamento público é o elo entre os recursos financeiros e a atividade do Estado, que busca implementar suas políticas públicas. Se as receitas previstas forem arrecadadas tempestivamente, as despesas forem realizadas de acordo com o planejado, e as ações envolvidas produzirem as conseqüências esperadas, então, teoricamente, os propósitos consignados no orçamento serão alcançados. Assim é possível determinar até que ponto as previsões postuladas no orçamento se tornam verdadeiras.

(<http://www.lrf.com.br>)

01- Assinale o trecho que apresenta a idéia principal do texto.

- a) “o orçamento é composto não apenas de contas e números”. (l. 1 e 2)
- b) “são alocados determinados valores, considerando os insumos necessários à sua realização.” (l. 7, 8 e 9)
- c) “o orçamento público é o elo entre os recursos financeiros e a atividade do Estado” (l. 9, 10 e 11)
- d) “os propósitos consignados no orçamento serão alcançados” (l. 16 e 17)
- e) “determinar até que ponto as previsões postuladas no orçamento se tornam verdadeiras.” (l. 18 e 19)

02- Assinale a opção incorreta.

- a) Infere-se das informações do texto que o orçamento é composto também de contas e números.
- b) A substituição de “são alocados”(l. 7) por **se aloca** mantém a correção gramatical do período.
- c) O emprego da vírgula após “Estado” (l. 11) justifica-se por isolar oração adjetiva explicativa.
- d) A expressão “tempestivamente” (l.13) está sendo empregada no sentido de oportunamente, no tempo certo.
- e) Nas orações “Se as receitas previstas forem arrecadadas tempestivamente, as despesas forem realizadas de acordo com o planejado”, tem-se o emprego da voz passiva com agente indeterminado.

A implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI foi viabilizada a partir da criação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, vinculada ao Ministério da Fazenda, por meio do Decreto n. 92.452, de 10 de março de 1986, com o objetivo de promover a modernização e a integração dos sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de contabilidade dos órgãos e entidades públicas do Governo Federal. Para desincumbir-se de suas atribuições, recebeu competente autorização para contratar, junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, a implementação de um sistema computacional que fornecesse todas as informações necessárias, de maneira segura e rápida. Superando dificuldades de toda ordem, a STN, em conjunto com o SERPRO, Empresa Pública prestadora de serviço na área de informática, criou as condições para que o SIAFI fosse implantado em tempo reconhecidamente curto (cerca de 6 meses), entrando em operação a partir de 01 de janeiro de 1987.

(James Giacomoni. Orçamento Público)

03- Em relação ao texto acima, assinale a opção incorreta.

- a) A substituição de “foi viabilizada” (l. 2 e 3) por **viabilizou-se** mantém a correção gramatical e as informações originais do período.
- b) O sujeito de “recebeu” (l. 11) é “Secretaria do Tesouro Nacional” (l. 3 e 4).
- c) A substituição de “fornecesse” (l.14) por **viesse a fornecer** mantém a correção gramatical do período.
- d) O emprego de vírgula após “ordem” (l.16) justifica-se para isolar oração reduzida de gerúndio anteposta à principal.
- e) A forma verbal “criou” (l.18) está no singular para concordar com “SERPRO” (l. 17).

04- O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI é um sistema de teleinformática criado para promover a modernização e a integração dos sistemas de acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, objetivando minimizar custos, e dar eficiência e eficácia à gestão dos recursos alocados na Lei Orçamentária Anual.

(James Giacomoni. Orçamento Público)

Assinale a opção que não constitui continuação coesa e coerente para o texto acima.

- a) Os dados inseridos no SIAFI são centralizados em Brasília, sendo disponibilizados por teleprocessamento aos órgãos/entidades do Governo Federal distribuídos no País e no exterior.
- b) Portanto, até o exercício de 1986, o Governo Federal enfrentava uma série de problemas de natureza administrativa que impedia a adequada gestão dos recursos públicos e dificultava a preparação do orçamento unificado.
- c) Tem como premissa básica a contabilização de todos os atos e fatos praticados pelos Gestores públicos (pagamentos, recebimentos, compras, baixa de itens patrimoniais etc.), e praticamente todas as consultas gerenciais do sistema se baseiam em registros contábeis para serem obtidas.
- d) Como sistema computacional, foi implantado em 1987, tornando-se, desde então, importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal.
- e) É um sistema informatizado que integra os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo, fornecendo informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração.

05- Assinale a opção que não constitui seqüência gramaticalmente correta para o trecho a seguir.

Em síntese, a gestão fiscal é verificada nos seguintes princípios:

- a) garantir cuja a aplicação de recursos seja feita com a adoção de uma margem de segurança que permita ao Ente absorver os casos fortuitos sem crescer o volume da dívida pública.
- b) garantir que as necessidades e anseios da sociedade, quanto à atuação governamental, sejam compatibilizados com a receita própria efetiva do Ente, ou seja, custeamento das ações estatais com seus próprios recursos, prevenindo a ocorrência de déficits permanentes, recorrentes e crescentes.
- c) gerir organizadamente a dívida, no principal e seus custos, evitando que a arrecadação seja desequilibrada com tais gastos.
- d) assegurar a arrecadação efetiva de todos os recursos a que o Ente tem direito, por meio da adoção de uma política tributária previsível e estável.
- e) limitar os gastos continuados de modo a impedir impactos financeiros negativos no futuro, por meio de medidas compensatórias a esses gastos.

(James Giacomoni. Orçamento Público)

A contabilidade aplicada à administração pública, seja na área federal, estadual, municipal ou no Distrito Federal, tem, como fio condutor, a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços desses entes.

5 Ela registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecidas no orçamento público aprovado para o exercício, escritura a execução orçamentária da receita e da despesa, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de créditos, a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações patrimoniais e demonstra o valor do patrimônio.

(<http://www.lrf.com.br/>)

06- Em relação às estruturas do texto acima, assinale a opção correta.

- a) O sinal indicativo de crase em “à administração” (ℓ.1) deve-se à regência de “contabilidade”.
- b) O pronome “Ela” (ℓ.7) substitui o antecedente “administração pública” (ℓ. 1).
- c) O sujeito de “escritura” (ℓ. 9) é “a previsão da receita”.
- d) O emprego de vírgula após “créditos” (ℓ.12) isola apostro explicativo.
- e) Os termos “a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações” (ℓ. 12 e 13) são complementos de “controla” (ℓ. 12).

Orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. Partindo da intenção inicial de controle, no Brasil, **reveste-se(1)** de formalidades legais. Passa pela análise e aprovação do Poder Legislativo, composto de representantes da sociedade. Como a proposta do orçamento é sempre do Chefe do Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito), sua aprovação pelo Legislativo tem o condão de autorizar os gastos a serem feitos no ano a que **se refere(2)**. Pelo menos em tese, é como **se(3)** a própria sociedade estivesse autorizando a atuação do Estado, já que as despesas só poderão ser realizadas **se(4)** tiverem sido fixadas no orçamento. Quanto às receitas, nada impede que seja arrecadado mais (ou menos) que o previsto. Aliás, é em função da arrecadação da receita que as despesas serão realizadas. Caso a arrecadação seja inferior ao previsto, **procede-se(5)** ao contingenciamento de despesas, isto é, são priorizados os gastos já autorizados no orçamento. E quando há excesso de arrecadação, novas despesas podem ser realizadas, mas é necessária sempre prévia autorização do Poder Legislativo para tanto.

(<http://www.lrf.com.br/>)

07- Em relação ao texto acima, assinale a opção que apresenta função do “se” incorreta.

- a) 1 – é pronome integrante do verbo.
- b) 2 – o verbo é pronominal.
- c) 3 – conjunção comparativa = como se.
- d) 4 – partícula apassivadora.
- e) 5 – índice de indeterminação do sujeito.

Com a estabilização econômica, o orçamento se reveste da maior importância, na medida em que os valores expressos em termos reais tendem a não ficar defasados, como ocorria no período inflacionário.

- 5 Em conseqüência, passa a espelhar, com maior nitidez, a alocação dos recursos, favorecendo o acompanhamento e a avaliação das ações governamentais, principalmente pelo contribuinte e seus representantes, e colaborando, assim, para a
- 10 construção de um estado moderno, voltado para os interesses da sociedade.

Essa nova realidade demanda a necessidade de difundir amplamente o conteúdo do orçamento, que expressa o esforço do governo para atender

15 à programação requerida pela sociedade, a qual é financiada com as contribuições de todos os cidadãos por meio do pagamento de seus tributos, contribuições sociais e tarifas de serviços públicos.

(<http://www.lrf.com.br>)

08- Em relação ao texto acima, assinale a opção incorreta.

- a) Se a expressão “na medida em que” (ℓ. 2) for substituída por **à medida que**, modifica-se o sentido da informação dada.
- b) O sujeito de “passa a espelhar” (ℓ. 5) é “a estabilização econômica” (ℓ. 1).
- c) A expressão “assim” (ℓ. 9) pode, sem prejuízo para a informação do período, ser substituída por qualquer uma das seguintes: dessa forma, dessa maneira, desse modo, portanto, por conseguinte.
- d) O termo “a qual” (ℓ.15) se refere a “programação requerida pela sociedade” (ℓ. 15).
- e) O emprego da vírgula após “tributos” (ℓ.17) justifica-se por isolar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.

Quanto à sua natureza jurídica, no Brasil, o orçamento público é apenas autorizativo. Isso quer dizer que o gestor somente pode realizar a despesa pública **se essa estiver(1)** prevista na lei orçamentária, **mas a mera previsão no orçamento não vincula a execução da despesa(2)**. Ou seja, **o fato de a despesa estar prevista na Lei Orçamentária(3)** não obriga o governante a realizá-la. **Se o governo fez(4)** a devida previsão de despesa para a construção de rodovias, poderá levar a efeito sua intenção, tendo em vista a existência da dotação respectiva. Não está, entretanto, obrigado a proceder à empreitada, podendo desistir da obra, **caso julgue oportuno e conveniente(5)**.

(<http://www.lrf.com.br>)

09- Em relação ao texto acima, assinale a opção em que a reescrita do trecho está incorreta para o contexto.

- a) 1 - caso esteja ela
- b) 2 - mas a execução da despesa não está vinculada à mera previsão no orçamento.
- c) 3 - o fato de a Lei Orçamentária prever a despesa
- d) 4 - Caso tenha sido feito pelo governo
- e) 5 - se julgar oportuno e conveniente.

Universalizar o sufrágio no Brasil exigiu longa caminhada. A guerra pela inclusão dos excluídos travou-se em sucessivas batalhas. Antes privilégio dos homens ricos, o voto ampliou a abrangência ao longo

5 de mais de 150 anos de lutas. Hoje, pobres, mulheres e analfabetos vão às urnas. A vontade de uns tem o mesmo peso da vontade de outros. O eleitor urbano ou rural, pobre ou rico, letrado ou analfabeto, adolescente com 16 anos ou idoso que ultrapassou nove décadas de

10 vida goza do mesmo privilégio — escolher livremente o candidato que conduzirá os destinos do município, do estado ou do país. E, paralelamente, o nome do que lhe parece mais indicado para representá-lo no

14 Legislativo.

(*Correio Braziliense, 17/10/2006.*)

10- Em relação ao texto acima, assinale a opção incorreta.

- a) A palavra “sufrágio” (ℓ. 1) está sendo empregada no sentido de **voto**.
- b) Estaria gramaticalmente correta a redação para a linha 5: “150 anos de lutas e, hoje,...”.
- c) O sinal indicativo de crase em “às urnas” (ℓ.6) justifica-se pela regência do verbo “ir” e pela presença de artigo definido feminino plural.
- d) O travessão antes de “escolher” (ℓ.10) pode, sem prejuízo para a correção do período, ser substituído pela expressão “qual seja” entre vírgulas.
- e) Em “representá-lo” (ℓ.13) o pronome “-lo” retoma o antecedente “candidato” (ℓ. 11).

Seguindo os dispositivos da Lei n. 4.320/64, podemos definir a contabilidade pública como sendo o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da fazenda pública, mostra o patrimônio público e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento.

Pela definição anterior, deduzimos que a contabilidade pública está interessada, também, em todos os atos praticados pelo administrador, ___1___ de natureza orçamentária (Previsão da Receita, Fixação da Despesa, Empenho, Descentralização de Créditos etc.), ___2___ meramente administrativos (Contratos, Convênios, Acordos, Ajustes, Avais, Fianças, Valores sob Responsabilidade, Comodatos de Bens etc.), representativos de valores potenciais que poderão afetar o patrimônio, no futuro.

(<http://www.lrf.com.br/>)

11- Assinale a opção que preenche de forma gramaticalmente correta as lacunas do texto acima.

	1	2
a)	sejam	seja
b)	quer	sejam
c)	quer	seja
d)	seja	seja
e)	seja	quer

O termo orçamento é utilizado, costumeiramente, ___1___ sinônimo de gastos a serem realizados (“o técnico fez o orçamento do conserto do computador”), ou ___2___ confronto de despesas e receitas já realizadas ao final de determinado período (“o orçamento familiar está apertado neste mês”). O orçamento público, ___3___ valer dessas duas acepções cotidianas, tem um significado muito maior. No Brasil, o orçamento público formalmente é uma lei, ___4___ se estima a receita e se fixa a despesa para determinado ano. Assim, é feita uma projeção da atividade financeira do Estado. Sabe-se, ___5___ orçamento, quanto se pretende arrecadar, e é baseando-se nessa previsão que serão fixadas as despesas a realizar.

(<http://www.lrf.com.br/>)

12- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto acima.

	1	2	3	4	5
a)	no	em	embora se	em cuja	do
b)	com o	no	apesar de	em qual	no
c)	como	como	apesar de se	em que	por meio do
d)	por	pelo	mesmo ao se	cuja	com o
e)	pelo	por	dado se	de modo que	em que

O orçamento público é uma lei ___1___, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos. Trata-se de um instrumento de planejamento ___2___ espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias ___3___ atendimento das demandas da sociedade, ___4___ escassez de recursos. Apresenta múltiplas funções – de planejamento, contábil, financeira e de controle.

(<http://www.lrf.com.br/>)

13- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto acima.

	1	2	3	4
a)	cuja	o qual	pelo	diante da
b)	a qual	em que	por	frente à
c)	em que	no qual	com o	devido à
d)	na qual	cujo	no	com a
e)	que	que	para o	em face da

A redução da taxa de pobreza foi fortemente influenciada ___1___ queda na distância entre os ricos e pobres no Brasil, registrada em três anos consecutivos. Somente em 2004, a desigualdade caiu duas vezes ___2___ no ano anterior. O coordenador do estudo da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Néri, atribuiu a queda da pobreza ao crescimento econômico do país e listou fatores ___3___ estabilidade da inflação, reajuste do salário mínimo, recuperação do mercado de trabalho, aumento da geração de empregos formais e ainda o aumento da presença do Estado na economia, ___4___ uma maior transferência de renda para a sociedade. Ele disse, ainda, que o aumento da taxa de escolarização da população tem sido fundamental ___5___ redução da desigualdade entre ricos e pobres.

(Em Questão, Nº 379 - Brasília, 30 de novembro de 2005.)

14- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto acima.

	1	2	3	4	5
a)	pela	mais do que	como	com	para a
b)	na	mais que	tais como	de	na
c)	com a	mais	seja	em	pela
d)	na	que	sejam	tendo	em
e)	em	do que	seguintes	como	como

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI representou **tão grande(1)** avanço para a contabilidade pública da União **que(2)** é hoje reconhecido no mundo inteiro e recomendado inclusive pelo Fundo Monetário Internacional. Sua performance **transcendeu(3)** de tal forma as fronteiras brasileiras e despertou a atenção no cenário nacional e internacional, que vários países, além de alguns organismos internacionais, **tem(4)** enviado delegações à Secretaria do Tesouro Nacional, com o propósito de **absorver(5)** tecnologia para a implantação de sistemas similares.

(James Giacomoni. Orçamento Público)

15- Em relação ao texto acima, assinale a opção que corresponde a erro gramatical ou de grafia.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

16- Os trechos abaixo constituem seqüencialmente um texto. Assinale a opção em que o trecho apresenta erro gramatical.

- a) A grande depressão mundial, particularmente desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929), impeliram os Governos a aportar recursos na economia, garantindo investimentos em infra-estrutura para atenuar as freqüentes crises dos mercados.
- b) Tais medidas, embora favorecessem os sistemas econômicos, resgataram a figura do déficit público.
- c) As crises individuais dos países, aliadas à insuficiente capacidade de investimentos do setor governamental, revitalizaram as abordagens iniciais do equilíbrio orçamentário, fazendo com que o Estado retomasse as suas antigas funções, o que o levou a militar com compromissos de saúde financeira de longo prazo.
- d) As medidas necessárias à adoção deste princípio vão além da manutenção das despesas dentro dos limites da receita.
- e) Os gestores públicos deverão assumir posturas estratégicas adequadas ao perfil estrutural da comunidade que administram, não cedendo às pressões para atendimento às necessidades de uns poucos.

(James Giacomoni. Orçamento Público)

Não **constitui(1)** surpresa a verificação de que os municípios com maior índice de anulação de votos têm pontos comuns. Um deles: a taxa de analfabetismo duas ou três vezes superior **ao do(2)** resto do país. Outro: a localização em zonas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — indicador que mede renda, longevidade e instrução. São localidades pobres **cujo(3)** destino, se não houver revolução de 180 graus na forma de encarar a educação, **as(4)** condena a **se(5)** afastar cada vez mais dos progressos da civilização.

(Correio Braziliense, 17/10/2006.)

17- Em relação ao texto acima, assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

18- Os trechos abaixo constituem seqüencialmente um texto. Assinale a opção gramaticalmente correta.

- a) Duas pesquisas mostram que as políticas sociais e de combate à fome implementada pelo Governo Federal começam a apresentar resultados concretos na melhoria das condições de vida do povo brasileiro.
- b) Um estudo da Fundação Getúlio Vargas, intitulado “Miséria em Queda”, baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE, confirmaram que a miséria no Brasil caiu em 2004, e atingiu o nível mais baixo desde 1992.
- c) O número de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza passou de 27,26% da população, em 2003, para 25,08% em 2004. Em 1992 esse percentual era de 35,87%.
- d) É considerado abaixo da linha da pobreza quem pertence a uma família com renda inferior a R\$ 115 ,00 mensais, valor considerado o mínimo para garantir à alimentação de uma família.
- e) O estudo da FGV mostrou que o índice de miséria no Brasil caiu 8% de 2003 para 2004, deixando o país com a menor proporção de miseráveis desde 1992.

(Em Questão, Nº 379 - Brasília, 30 de novembro de 2005)

19- Assinale a opção em que trecho do texto apresenta erro de pontuação.

- a) A PNAD, realizada pelo IBGE, revelou que a renda das famílias parou de cair em 2004, interrompendo uma trajetória de queda que acontecia desde 1997, e que houve diminuição do grau de concentração da renda do trabalho.
- b) Enquanto a metade da população ocupada, que recebe os menores rendimentos, teve, ganho real de 3,2%, a outra metade, que tem rendimentos maiores, teve perda de 0,6%.
- c) Os resultados da PNAD revelaram, também, que o Brasil melhorou em itens como número de trabalhadores ocupados, participação das mulheres no mercado de trabalho, indicadores da área de educação e melhoria das condições de vida.
- d) O assessor especial da Presidência da República, José Graziano, avaliou que esses números comprovam que o país está mudando. “Esses resultados reverterem uma máxima histórica no nosso país de que os ricos ficavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres”.
- e) Graziano ressalta que a PNAD é a mais completa pesquisa anual sobre as condições de vida da população, mostra um retrato do país, e, em 2004, ela também foi estendida para as áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do território nacional.

(Em Questão, Nº 379 - Brasília, 30 de novembro de 2005)

A exclusão da cidadania é mais uma exclusão que o brasileiro paga pela má qualidade da escola. Sem um ensino básico de excelência, perdem-se não só sucessivas batalhas,(1) mas a guerra. Os pais desempenham o papel que lhes cabe.(2) Mandam os filhos para a escola. As crianças assistem às aulas,(3) fazem as tarefas exigidas, mas não aprendem. Algumas chegam à 5ª série analfabetas.(4) Não lêem nem escrevem. Outras,(5) analfabetas funcionais. Lêem, mas são incapazes de entender o texto. Escrevem, mas não conseguem redigir um bilhete simples.

(Correio Braziliense, 17/10/2006.)

20- Em relação ao texto acima, assinale o comentário incorreto a respeito dos sinais de pontuação.

- a) 1 – a vírgula justifica-se para separar oração de natureza explicativa.
- b) 2 – o ponto final pode ser substituído por sinal de dois-pontos, com mudança de maiúscula para minúscula em “Mandam”.
- c) 3 – a vírgula justifica-se para isolar elementos de mesma classe gramatical componentes de uma enumeração.
- d) 4 – o ponto final pode ser substituído por vírgula, com mudança de maiúscula para minúscula em “Não”.
- e) 5 – a vírgula justifica-se para marcar a elipse de expressão antecedente: “chegam à 5ª série”.

DIREITO CIVIL

21- Aponte a opção falsa.

- a) Ter-se-á interpretação declarativa ou especificadora, apenas quando houver correspondência entre a expressão lingüístico-legal e a *voluntas legis*, sem que haja necessidade de dar ao comando normativo um alcance ou sentido mais amplo ou mais restrito.
- b) A analogia *juris* estriba-se em um conjunto de normas para extrair elementos que possibilitem sua aplicabilidade ao caso concreto não previsto, mas similar ao previsto.
- c) É retroativa a norma que atinge os efeitos de atos jurídicos praticados sob o império da norma revogada.
- d) O princípio da territorialidade é, no Brasil, aplicado de modo absoluto.
- e) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

22- Para que uma fundação particular adquira personalidade jurídica será preciso:

- a) elaboração de seu estatuto pelo instituidor ou por aquele a quem ele cometer a aplicação do patrimônio.
- b) aprovação do seu estatuto pelo Ministério Público.
- c) dotação e aprovação da autoridade competente com recurso ao juiz.
- d) dotação e registro do seu estatuto.
- e) dotação, elaboração e aprovação dos estatutos, e registro.

23- Se **A** (comprador) adquire uma obra de arte por influência de **C**, que o convence de sua raridade por pertencer ao século XVII, sem que **B** (vendedor), ouvindo tal disparate, alerte **A**, tal negócio é suscetível de anulação, por ter havido:

- a) dolo de terceiro.
- b) reserva mental.
- c) dissimulação.
- d) simulação absoluta.
- e) dolo incidente.

24- Assinale a opção correta.

- a) Na lesão especial há desproporção das prestações, causada por estado de necessidade econômica, mesmo não conhecido pelo contratante, que vem a se aproveitar do negócio, logo dispensada está a verificação e a prova do dolo da parte que tirou proveito, ordenando a anulabilidade do negócio lesionado ou a possibilidade de complementação contratual, bastando, para tanto, que haja prejuízo, prova da ocorrência do ato em caso de premência da necessidade, levianda ou inexperiência.
- b) A presunção deixada ao critério e prudência do magistrado, que se funda naquilo que cotidiana, habitual ou ordinariamente acontece, denomina-se *juris et de jure*.
- c) O cumprimento do encargo só pode ser exigido pelo próprio instituidor.
- d) A anulabilidade de um negócio só aproveitará à parte que a alegou, mesmo se houver exceção de indivisibilidade ou solidariedade.
- e) A condição mista é a que se caracteriza no momento inicial, como potestativa vindo a perder tal característica por fato superveniente alheio à vontade do agente, que venha a dificultar sua realização.

25- Constitui causa interruptiva de prescrição a

- a) ausência do Brasil por motivo de estar o devedor em serviço público da União, dos Estados e Municípios.
- b) incapacidade absoluta.
- c) apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores, o mesmo sucedendo com o processo de falência e de liquidação extrajudicial de bancos, bem como de companhias de seguro, a favor ou contra a massa.
- d) pendência de condição suspensiva, pois enquanto não realizada, o titular não adquire direito, logo não tem ação.
- e) pendência de ação de evicção.

26- **A**, procurador de **B**, cumprindo o mandato, compra de **C** uma casa para **B** por R\$ 500.000,00. Essa dívida é de **B** para com **C**. Mas **A** e **C** efetivaram entre si um contrato de mútuo pelo qual **A** passa a ser credor de **C**, por ter emprestado a ele a quantia de R\$ 300.000,00. A dívida de **B** para com **C** e a de **C** para com **A**:

- a) são compensáveis, por haver reciprocidade.
- b) são insuscetíveis de compensação, por não haver reciprocidade de obrigação.
- c) são compensáveis para evitar pagamentos simultâneos.
- d) são compensáveis, pois o mandante deve ao credor e o credor ao mandatário.
- e) podem ser compensadas, porque não se tem reciprocidade.

27- São caracteres específicos da cláusula penal:

- a) acessoriedade, compulsoriedade e condicionalidade.
- b) acessoriedade, subsidiariedade e imutabilidade relativa.
- c) acessoriedade, condicionalidade, ressarcibilidade e subsidiariedade.
- d) acessoriedade, condicionalidade, compulsoriedade, subsidiariedade e ressarcibilidade.
- e) acessoriedade, condicionalidade, compulsoriedade, subsidiariedade, ressarcibilidade e imutabilidade relativa.

28- Entre os efeitos jurídicos da solidariedade passiva no que atina às relações entre co-devedores solidários e o credor, temos:

- a) o co-devedor a quem a dívida solidária interessar exclusivamente responderá sozinho por toda ela para com aquele que a solveu.
- b) o pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitarão aos demais, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.
- c) o co-devedor culpado pelos juros de mora responderá aos outros pela obrigação acrescida.
- d) o co-devedor que satisfaz a dívida, por inteiro, terá o direito de exigir de cada um dos coabrigados a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se houver.
- e) o credor que tiver remetido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

29- O princípio pelo qual as estipulações feitas no contrato deverão ser fielmente cumpridas, sob pena de execução patrimonial contra o inadimplente é o da

- a) função social do contrato.
- b) autonomia da vontade.
- c) equivalência contratual.
- d) obrigatoriedade da convenção.
- e) relatividade dos efeitos do negócio jurídico contratual.

30- A cláusula contratual tornando a exigibilidade da prestação imune a qualquer pretensão contrária do devedor, apresentando-se como renúncia à exceção do contrato não cumprido, é a

- a) *exceptio non rite adimpleti contractus*.
- b) assecuratória do direito de retenção.
- c) *solve et repete*.
- d) de arrependimento, sem direito à indenização suplementar.
- e) *de non praestanda evictione*.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31- Sobre ação judicial para repetição de indébito tributário proposta por Município cearense contra o Estado do Ceará (Fazenda Pública) argüindo incidentalmente a inconstitucionalidade de lei estadual que instituiu taxa é correto afirmar que

- a) o seu julgamento compete, originariamente, ao Supremo Tribunal Federal.
- b) o seu julgamento compete, originariamente, ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) o seu julgamento compete, originariamente, a juiz de direito da Justiça Estadual, competindo o julgamento do respectivo recurso, se houver, ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a apreciação da argüição incidental de inconstitucionalidade far-se-á, obrigatoriamente, sob a forma disposta nos arts. 480 a 482 do Código de Processo Civil (regra do *full bench*).
- e) a respectiva petição inicial deverá ser liminarmente indeferida porque, em face do critério constitucional da imunidade recíproca, o pedido do Município é juridicamente impossível.

32- Sobre o tempo e o lugar dos atos processuais e os prazos associados é incorreto afirmar:

- a) que, instituído pelo Tribunal de Justiça, sistema de protocolo descentralizado junto às Varas sediadas no interior, é tempestiva a petição de agravo de instrumento apresentada em uma destas Varas no último dia e na última hora do respectivo prazo, mesmo que ela apenas seja posteriormente enviada ao Tribunal de Justiça nos dias subseqüentes.
- b) salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- c) não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- d) computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar quando a parte for a Fazenda Pública.
- e) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhe-ão contados em dobro os prazos para falar nos autos.

33- Nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios serão fixados

- a) entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.
- b) até o máximo de 1% (um por cento) quando o advogado funcionar em causa própria.
- c) consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidos, entre outros critérios, o grau de zelo do profissional e o tempo exigido para o seu serviço.
- d) no percentual máximo de 5% (cinco por cento) quando cada litigante for recíproca e proporcionalmente vencedor e vencido.
- e) exclusivamente contra a própria Fazenda Pública se o processo terminar por transação.

34- Em razão do disposto no art. 158, inciso IV e parágrafo único, inciso I, da Constituição e conforme a jurisprudência, em ação judicial declaratória negativa proposta contra o Estado por contribuinte (empresa) do ICMS o Município deste mesmo Estado onde está sediada a empresa, é correto afirmar que

- a) deverá ser arrolado pelo autor como co-réu.
- b) deverá ser arrolado pelo autor como litisconsorte passivo necessário.
- c) poderá ser arrolado pelo autor como litisconsorte passivo facultativo.
- d) deverá ser denunciado à lide pelo Estado.
- e) é sujeito estranho e processualmente impertinente a esta ação.

35- Na comunicação dos atos processuais às partes é correto afirmar:

- a) que a citação de pessoa jurídica de direito público far-se-á por meio de oficial de justiça.
- b) que a interrupção da prescrição, efeito da citação válida, produz efeitos 15 (quinze) dias após a realização do ato.
- c) que ao oficial de justiça é interdito praticar atos em comarcas distintas àquela onde sediado o respectivo juízo.
- d) nas capitais dos Estados, consideram-se feitas as intimações judiciais às partes de processos em curso pela só publicação do ato no jornal de maior circulação.
- e) quando a citação ou intimação for por oficial de justiça e não houver vários réus, começa a correr o prazo da data de cumprimento do respectivo mandado junto à parte.

36- No agravo de instrumento,

- a) a petição de interposição será dirigida diretamente ao Tribunal competente, ressalvada a hipótese concernente à inadmissibilidade de recurso especial ou extraordinário, incumbindo ao agravante requerer a juntada, aos autos do processo principal, de cópia da petição do agravo.
- b) o relator, no tribunal, poderá deferir tutela antecipada, ainda que parcial, quanto ao objeto da pretensão recursal.
- c) quando não convertido pelo relator em agravo retido, será o agravado intimado para que responda no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe, neste mesmo prazo, a apresentação da documentação que entender conveniente.
- d) quando convertido pelo relator em agravo retido, não se facultará ao agravado ser ouvido no tribunal ou no processo principal, incumbindo-lhe exclusivamente manifestar-se, a seu juízo, na eventual resposta à apelação do agravante, quando este houver requerido o conhecimento daquele recurso retido pelo tribunal.
- e) se o agravante não promover a juntada, aos autos do processo principal e no prazo de 3 (três) dias, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição perante o tribunal, seu agravo não será admitido desde que esta omissão seja argüida e provada pelo agravado.

37- No regime específico da Lei de Execuções Fiscais,

- a) a inscrição do valor devido à Fazenda Pública em dívida ativa é um pré-requisito indispensável, sendo a respectiva certidão documento essencial à propositura da ação.
- b) a citação do executado far-se-á, em regra, por via postal, mesmo no caso de ser ele pessoa física.
- c) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite o uso da denominada *exceção de pré-executividade*, independentemente de qualquer garantia prévia à execução, nos casos onde a matéria argüida possa ser conhecida de ofício pelo juiz, inclusive prescrição.
- d) a intimação do executado sobre a penhora ou o arresto do bem oferecido em garantia far-se-á, em regra, por via postal.
- e) a propositura, pelo contribuinte, de ação anulatória ou de ação de repetição de indébito relativamente a valor inscrito em dívida ativa importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto, até o limite onde haja identidade nas matérias controvertidas judicial e administrativamente.

38- Em execução fiscal é incorreto afirmar que

- a) é admissível a penhora sobre saldo ou movimento de conta bancária no país do executado.
- b) é admissível a penhora sobre receita corrente bruta (faturamento) do executado pessoa jurídica.
- c) a penhora sobre saldo ou movimento de conta bancária do executado no país apenas é admissível, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quando não localizados outros bens penhoráveis do executado ou quando não localizado o próprio executado.
- d) a penhora sobre receita corrente bruta (faturamento) do executado pessoa jurídica apenas é admissível, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quando não localizados outros bens penhoráveis do executado e quando o exeqüente (Fazenda Pública) elaborar plano de realização do valor executado e indicar administrador a fim de controlar o cumprimento do plano.
- e) é admissível a penhora sobre saldo ou movimento de conta bancária no país do executado ou de terceiro por ele indicado, desde que não recaia sobre os valores recebidos a título de participação nos lucros ou resultados de empresa.

39- Na vigente sistemática de liquidação e execução de sentença é incorreto afirmar:

- a) quando a determinação do valor da condenação veiculada na sentença depender apenas de cálculo aritmético, é dispensável a sua prévia liquidação, podendo a parte interessada desde logo empreender a execução da sentença, mediante a apresentação de memória discriminada e atualizada do cálculo.
- b) é permitido, na liquidação, rediscutir de novo a lide, desde que se trate de arguição fundada em questão constitucional.
- c) é provisória a execução da sentença quando pender contra ela recurso extraordinário.
- d) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública observar-se-á o disposto nos arts. 730 e seguintes do Código de Processo Civil, não se lhes aplicando a sistemática prevista nos arts. 475-J, 475-L e 475-M do mesmo CPC.
- e) no cumprimento de sentença que houver fixado obrigação por quantia certa, a impugnação facultada ao devedor poderá, entre outras matérias, versar sobre a inexigibilidade do título executivo que estiver fundado em interpretação sobre ato normativo tida pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal.

40- Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública é incorreto afirmar que

- a) o prazo para a interposição de embargos é de 10 (dez) dias, não se aplicando o prazo quádruplo normalmente franqueado à Fazenda Pública para contestação.
- b) não havendo embargos pela Fazenda Pública ou sendo eles julgados improcedentes, o juiz requisitará ao presidente do tribunal competente o respectivo pagamento sob a forma de precatório, salvo quando for pertinente a modalidade de requisição de pequeno valor.
- c) é vedado ao exeqüente, mesmo que a determinação do valor da condenação veiculada na sentença dependa apenas de cálculo aritmético, apresentar memória discriminada e atualizada do cálculo, sendo atribuição exclusiva do contador do juízo fixar o correspondente montante devido pela respectiva Fazenda Pública.
- d) a Fazenda Pública não será condenada ao pagamento de honorários advocatícios nas execuções contra ela por quantia certa quando deixar de embargar a execução.
- e) julgados improcedentes os embargos à execução articulados pela Fazenda Pública, a respectiva apelação, quando este for o recurso cabível, será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

41- Analise as asserções abaixo sobre o Direito do Trabalho e suas fontes e marque a opção correta.

- a) São consideradas fontes autônomas do Direito do Trabalho aquelas em cuja produção não se observa a imediata participação dos destinatários principais das regras jurídicas geradas.
- b) As convenções da Organização Internacional do Trabalho, quando ratificadas pelo Estado Brasileiro, tornam-se fontes formais do Direito do Trabalho.
- c) O regulamento de empresa, como se trata de norma *interna corporis* e com caráter vinculante, é fonte heterônoma do Direito do Trabalho.
- d) O Direito Individual e o Coletivo do Trabalho podem ser definidos como complexos de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam, no tocante às pessoas e matérias envolvidas, a relação empregatícia de trabalho, além de outras relações laborais normativamente especificadas.
- e) Embora não haja consenso quanto à definição mais apropriada, a maior parte da doutrina está de acordo que, numa perspectiva científica, o Direito do Trabalho é considerado um direito especial da classe trabalhadora.

42- Assinale a opção correta.

- a) O enquadramento rural do trabalhador perfila-se, como regra, pelo enquadramento do seu empregador, motivo pelo qual, em sendo rural o empreendimento, rurícolas serão seus empregados, ressalvando-se, porém, a hipótese de empresas de florestamento e reflorestamento que, embora sejam urbanas, seus empregados são tidos como rurícolas, de acordo com a jurisprudência predominante.
- b) A pessoalidade não é inerente ao contrato de empreitada, porquanto o objeto contratado é um resultado específico e delimitado (uma obra), devendo, então, para que não fique caracterizada a hipótese de relação de emprego, ser contratada pessoa jurídica para a sua realização.
- c) Desde que preenchidos os requisitos legais correspondentes, como subordinação, pessoalidade, onerosidade e habitualidade, pode ser reconhecida a existência de relação de trabalho doméstico nos casos de vínculos de matriz conjugal.
- d) Tal como a subordinação jurídica, a pessoalidade é traço marcante do contrato de emprego, tanto no que diz respeito ao empregado como no que concerne ao empregador.
- e) Segundo regra jurídica vigente, são considerados atenuantes do risco da atividade econômica que deve ser suportada pelo empregador o caso fortuito e a força maior os quais, se caracterizados, dão ensejo à redução temporária dos salários.

43- Acerca da disciplina pertinente ao salário e à remuneração dos empregados, assinale a opção correta.

- a) Representa utilidade fornecida pelo trabalho, a alimentação disponibilizada pelo empregador de forma habitual, vale dizer, diariamente, em frente de trabalho situada em local inóspito ou longínquo.
- b) A utilidade percebida mensalmente e que adquira natureza salarial, a vista dos critérios da habitualidade e da onerosidade, integra a remuneração do trabalhador e gera direito às diferenças reflexas em parcelas como férias, décimos terceiros salários, FGTS e repouso semanal remunerado.
- c) Os adicionais representam parcelas suplementares pagas ao empregado em virtude do exercício do trabalho em circunstâncias tipificadas como mais gravosas.
- d) As comissões, como representam modalidade de salário, apenas que pago por unidade de obra ou serviço, devem ser quitadas mensalmente, mediante recibo, tal como ocorre com as remunerações em geral.
- e) Mesmo com o afastamento do exercício de cargo de confiança, com ou sem justo motivo, o empregado tem direito à manutenção do pagamento da gratificação de função se percebida há mais de dez anos, em face do princípio da estabilidade financeira.

44- Sobre as causas de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, marque a opção correta.

- a) Cancelada a aposentadoria por invalidez, que é causa de suspensão do contrato de trabalho, o trabalhador tem direito de retornar ao emprego, com a respectiva indenização, desde que ocorra dentro do prazo de cinco anos.
- b) Após os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do trabalhador por motivo de doença, a interrupção se transforma em suspensão do contrato de trabalho.
- c) O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho interrompido, não se computando o tempo de serviço enquanto perdurar o exercício correspondente.
- d) Quando há suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, como não se exige a prestação de serviços do trabalhador, inexistente a contrapartida salarial por parte do empregador.
- e) É vedado ao empregador aplicar suspensão por prazo superior a 30 (trinta) dias porque isso importaria em despedida por justa causa do empregado.

45- Assinale a opção incorreta.

- a) A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno.
- b) Implica em alteração contratual vedada por lei, modificação feita no regimento interno da empresa, em norma destinada a aferir o mérito do empregado, para fins de promoção, mesmo que este ainda não tenha preenchido os requisitos anteriormente exigidos.
- c) É inválida cláusula prevista em regulamento de empresa que prevê, em caso de transferência definitiva, que o empregado restitua o valor percebido a título de ajuda de custo, caso se demita antes de decorridos 24 meses.
- d) Se não houver expressa previsão no contrato ou em instrumento coletivo de trabalho, poderá ser feita alteração da data de pagamento do salário pelo empregador, desde que se observe o prazo final máximo equivalente ao quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.
- e) É lícita a transferência do empregado, quando ocorrer extinção do estabelecimento em que o mesmo trabalhava.

46- Marque a opção correta acerca da disciplina legal pertinente às férias.

- a) A concessão das férias é ato do empregador, mas que depende da concordância do empregado.
- b) O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.
- c) Consoante expressa previsão legal, o empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- d) O empregado que, durante o período aquisitivo, tiver 30 (trinta) faltas injustificadas ao serviço perderá o direito de gozo das férias.
- e) A concessão das férias, e respectivo pagamento da remuneração devida, deverão ser efetivados 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

47- Assinale, entre as proposições abaixo, aquela que expressa prazo de natureza decadencial no Direito do Trabalho.

- a) O empregador tem o prazo de 30 (trinta) dias para instauração de inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado estável, contados da suspensão deste último.
- b) O trabalhador urbano tem o prazo de dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, para ajuizar reclamatória trabalhista.
- c) À falta de previsão explícita que abarque a categoria dos domésticos, é aplicável o prazo geral de dois anos para as reivindicações pertinentes ao contrato de trabalho.
- d) O FGTS, por força de legislação especial, designa prazo diferenciado de 30 (trinta) anos para reclamação em juízo.
- e) É de dois anos o prazo para reivindicar parcelas decorrentes e previstas em sentença normativa.

48- Acerca das nulidades no Processo do Trabalho, assinale a opção correta.

- a) No caso de indeferimento pelo Juiz de oitiva de testemunha pretendida pela parte litigante, como se trata de nulidade fundada em violação constitucional, vale dizer, ao devido processo legal, com o desígnio da ampla defesa, então, como regra, deverá ser argüida no momento processual oportuno, qual seja, quando da interposição do agravo de instrumento.
- b) Se o trabalhador prestou serviços em determinado Estado da Federação, mas ajuíza reclamação trabalhista em outro, observando o seu atual domicílio, deverá o Juiz, conforme expressa previsão na CLT, declarar de ofício a nulidade fundada em incompetência de foro, determinando, na mesma ocasião, a remessa dos autos, com urgência, à autoridade competente.
- c) O Juiz ou o Tribunal que pronunciar a nulidade deverá declarar os atos a que ela se estende e, se não o fizer, haverá presunção de que todos os atos praticados no processo deverão ser repetidos, porquanto desprovidos de validade.
- d) No Processo do Trabalho, exceção feita à nulidade fundada em incompetência do foro, que pode ser declarada de ofício, as demais dependem de provocação das partes.
- e) Embora possa caracterizar infração disciplinar, a ser averiguada pelo órgão de classe competente, não há nulidade dos atos praticados por advogado que, em seção diversa daquela na qual tem inscrição, deixa de observar o limite de cinco processos para atuação em outro Estado da Federação.

49- É correto afirmar, no contexto do sistema recursal trabalhista,

- a) das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em processo administrativo, não cabe recurso para o Tribunal Superior do Trabalho.
- b) a única hipótese em que é cabível recurso de revista para análise de fatos e provas diz respeito à violação direta à Constituição da República.
- c) não cabe recurso de revista em execução de sentença, salvo por divergência jurisprudencial ou violação direta à Constituição.
- d) o recurso apropriado a ser interposto pela parte interessada, assim como o prazo que lhe seja correspondente, é o previsto no momento da sua interposição.
- e) em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o regime de alçada, equivalente a dois salários mínimos.

50-Sobre a execução no Processo do Trabalho é correto afirmar que

- a) o exequente obtém com a penhora a prioridade sobre os demais credores que não tenham melhor privilégio.
- b) o prazo de 10 (dez) dias do exequente para impugnação da conta, em regra, começa a fluir após o conferido ao executado para embargar à execução.
- c) elaborada a conta e tornada líquida, a qual deve abarcar as contribuições previdenciárias, o Juiz deverá conceder prazo sucessivo de dez dias às partes para fins de impugnação.
- d) é inadmissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento da empresa, porque inexistente a figura da penhora sobre crédito futuro.
- e) a execução, quanto ao procedimento trabalhista, é regulada em primeiro lugar pelas normas da CLT e pelas presentes em leis específicas que a complementam; em segundo lugar, de forma subsidiária, pelas normas dispostas no CPC; em terceiro lugar, tem-se a chamada lei dos executivos fiscais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51-Sobre a classificação das Constituições e o Sistema Constitucional vigente, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 é considerada, em relação à estabilidade, como semi-rígida, na medida em que a sua alteração exige um processo legislativo especial.
- b) No que se refere à origem, a Constituição Federal de 1988 é considerada outorgada, haja vista ser proveniente de um órgão constituinte composto de representantes eleitos pelo povo.
- c) A constituição escrita apresenta-se como um conjunto de regras sistematizadas em um único documento. A existência de outras normas com *status* constitucional, *per se*, não é capaz de descaracterizar essa condição.
- d) As constituições dogmáticas, como é o caso da Constituição Federal de 1988, são sempre escritas, e apresentam, de forma sistematizada, os princípios e idéias fundamentais da teoria política e do direito dominante à época.
- e) Nas constituições materiais, como é o caso da Constituição Federal de 1988, as matérias inseridas no documento escrito, mesmo aquelas não consideradas “essencialmente constitucionais”, possuem *status* constitucional.

52-Sobre o poder constituinte originário e o poder constituinte derivado, assinale a única alternativa correta.

- a) A revisão constitucional prevista por uma Assembléia Nacional Constituinte, possibilita ao poder constituinte derivado a alteração do texto constitucional, com menor rigor formal e sem as limitações expressas e implícitas originalmente definidas no texto constitucional.
- b) Entre as características do poder constituinte originário destaca-se a possibilidade incondicional de atuação, ou seja, a Assembléia Nacional Constituinte não está sujeita a forma ou procedimento pré-determinado.
- c) O poder constituinte derivado decorrente é aquele atribuído aos parlamentares no processo legiferante, em que são discutidas e aprovadas leis, observadas as limitações formais e materiais impostas pela Constituição.
- d) O poder emanado do constituinte derivado reformador, que é fundado na possibilidade de alteração do texto constitucional, não é passível de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) O titular do poder constituinte é aquele que, em nome do povo, promove a instituição de um novo regime constitucional ou promove a sua alteração.

53- Sobre o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, marque a única opção correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal admite o controle concentrado de constitucionalidade em face de decreto, quando este, a pretexto de regulamentar lei, desvirtuar o sentido da norma.
- b) O Chefe do Poder Executivo, considerando determinada lei inconstitucional, poderá determinar a seus subordinados que deixem de aplicá-la. Da mesma forma, o Ministro de Estado poderá determinar a seus subordinados que deixem de aplicar determinado ato normativo, relativo à sua pasta, que considere inconstitucional.
- c) A inobservância dos ditames da Constituição Federal de 1988 para a elaboração de lei estadual, possibilita ao Supremo Tribunal Federal, pela via do controle concentrado, a declaração de inconstitucionalidade.
- d) O Congresso Nacional, ao rejeitar medida provisória, está atuando preventivamente no controle de constitucionalidade, haja vista a espécie normativa não ter ingressado de forma definitiva no ordenamento jurídico pátrio.
- e) Admite-se o controle concentrado de constitucionalidade sobre o processo de elaboração de leis e emendas à Constituição, sendo que apenas os parlamentares são legitimados à propositura de ação perante o Supremo Tribunal Federal.

54- Acerca dos Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira e da Organização dos Poderes do Estado, assinale a única opção correta.

- a) A República é a forma de organização do Estado adotada pela Constituição Federal de 1988. Caracteriza-se pela temporariedade do mandato dos governantes e pelo processo eleitoral periódico.
- b) Constitui-se como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de preconceito ou formas de discriminação. A reserva de vagas nas Universidades Federais, a serem ocupadas exclusivamente por alunos egressos de escolas públicas, contraria a orientação constitucional.
- c) A Constituição Federal de 1988 prevê independência e harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Logo, ao declarar a inconstitucionalidade por omissão, determinando a órgão administrativo que edite norma no prazo de trinta dias, estaria o Poder Judiciário ferindo o princípio da independência dos poderes.
- d) A forma federativa, adotada pelo Sistema Constitucional Brasileiro, confere aos Estados federados autonomia para governar, administrar e legislar, sendo que uma de suas principais características é a indissolubilidade.
- e) A cidadania, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constitui-se como a capacidade do indivíduo de exercício dos direitos políticos e condição para exercitar direitos e prerrogativas constitucionais, entre elas a propositura de ação civil pública.

55- Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu cinco espécies de direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; e direitos relativos à existência e funcionamento dos partidos políticos.
- b) Os dispositivos relativos aos direitos e garantias individuais, por se constituírem cláusulas pétreas, não podem sofrer modificações que lhe alterem a substância. Mesmo *status* não foi conferido aos direitos sociais, que podem ser objeto de emenda à Constituição, tendente à sua abolição.
- c) A Constituição Federal de 1988 garante apenas aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à propriedade. Nesse sentido, a autoridade policial poderá determinar o ingresso em imóvel de estrangeiro, que não resida do País, sem que sejam observadas as limitações constitucionais.
- d) O princípio da legalidade, consagrado na Constituição Federal de 1988, estabelece que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Logo, no Sistema Constitucional pátrio, não é possível a edição, pelo Chefe do Poder Executivo, de decreto autônomo.
- e) De acordo com a Constituição Federal de 1988, deve o Poder Público proporcionar a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, contribuindo, inclusive, com recursos materiais e financeiros.

56- Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) A pena de morte, vedada pelo Sistema Constitucional Brasileiro atual, impede que o Poder Legislativo edite lei nesse sentido. Contudo, a Constituição Federal de 1988 prevê que a consulta popular, por meio de plebiscito, poderá autorizar o Congresso Nacional a instituir a referida pena.
- b) A pena de caráter perpétuo, vedada pela Constituição Federal de 1988, não impede que o Poder Judiciário condene determinado indivíduo ao cumprimento efetivo de pena que ultrapasse cem anos de prisão.
- c) A pena de banimento refere-se à expulsão de estrangeiro do país, nas situações em que cometer infração que atente contra a segurança nacional, a ordem política e social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular.
- d) No Brasil, não se admite a aplicação de penas cruéis, salvo em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele.
- e) A pena de trabalhos forçados, expressamente rejeitada pela Constituição Federal de 1988, não impede que o preso exerça atividade laboral remunerada e que seja deduzido o período trabalhado da pena remanescente a ser cumprida.

57- Sobre a tutela constitucional das liberdades, marque a única opção correta.

- a) O *habeas corpus* poderá ser utilizado não só contra uma decisão que viole a liberdade de locomoção de um indivíduo, por ilegalidade ou abuso de poder, como poderá ser impetrado de forma cautelar (salvo-conduto) contra possível ameaça de constrangimento ilegal quanto à sua liberdade.
- b) Não há restrição constitucional para a impetração de *habeas corpus*, de modo que as punições e transgressões disciplinares relacionadas às Forças Armadas poderão ser analisadas e julgadas, em seu mérito, pelo Poder Judiciário.
- c) A liberdade de locomoção constitui direito fundamental da pessoa, sendo que a restrição legal a esse direito, em caso de guerra declarada e decretação de estado de sítio, possibilitará, por esse motivo, a concessão de *habeas corpus* pelo Poder Judiciário.
- d) A pena pecuniária, quando se constituir ilegal e abusiva, promovendo ao agente gravame que limite a sua condição social, poderá ser objeto de questionamento judicial pela via do *habeas corpus*.
- e) O *habeas corpus* não poderá ser impetrado por estrangeiro que se encontre de passagem pelo Brasil e possua residência em outro país, haja vista o direito fundamental à liberdade de locomoção cingir-se ao estrangeiro residente no Brasil.

58- Sobre os direitos sociais, de nacionalidade e políticos, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal de 1988 consagrou como direito do trabalhador a percepção de seguro desemprego, em caso de desemprego voluntário, não fazendo distinção entre os trabalhadores urbano, rural e doméstico.
- b) O texto constitucional vigente proibiu o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos.
- c) São considerados brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- d) Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato que, no gozo de sua capacidade civil plena, optar, voluntariamente, por outra nacionalidade.
- e) Os médicos e dentistas que se encontrem em cumprimento de serviço militar obrigatório não podem se alistar como eleitores, sendo impedidos de votar e ser votados.

59- Sobre os princípios gerais da atividade econômica e sobre o sistema financeiro nacional, assinale a única opção correta.

- a) Na exploração direta de atividade econômica por sociedade de economia mista, poderá ser editada lei ordinária que, dispondo de forma diferenciada quanto à contratação de obras e serviços, a desobrigue a observar os princípios gerais de licitação e restrinja a aplicação do princípio da publicidade.
- b) A defesa do meio ambiente constitui um dos princípios informadores da atividade econômica, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- c) O Estado deve atuar como agente regulador da atividade econômica. Nessa tarefa, exercerá as funções de fiscalização e incentivo. O planejamento, por sua vez, por atribuição constitucional, deverá ser exercido pelo setor privado.
- d) A função social da propriedade constitui um dos princípios informadores da atividade econômica, imprimindo a idéia de que a propriedade privada deve servir aos interesses da coletividade. Todavia, a inobservância a esse princípio não é capaz de promover limitação de caráter perpétuo à propriedade urbana ou rural.
- e) O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, não abrange as cooperativas de crédito.

60- Acerca do processo legislativo brasileiro vigente, marque a única opção correta.

- a) A medida provisória, após a submissão e aprovação pelo Congresso Nacional, poderá ser alterada por lei ordinária. Entretanto, a matéria por ela abordada não poderá ser objeto de outra medida provisória na mesma sessão legislativa.
- b) Lei ordinária que regulamentou matéria atribuída pela Constituição à lei complementar é formal e materialmente inconstitucional, independentemente de apreciação e julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) É possível a revogação, por lei ordinária, de norma formalmente inserida em lei complementar, mas que não esteja materialmente reservada a essa espécie normativa pela Constituição.
- d) Não é possível a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda constitucional.
- e) A lei delegada será elaborada pelo Presidente da República, em razão de delegação do Congresso Nacional. Editada a norma, com extrapolação de seus limites, resta ao Poder Legislativo suscitar a inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, haja vista não mais possuir competência para sustar o ato normativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

61- Assinale a opção que contenha a correlação correta.

- (1) Personalidade jurídica de direito privado
- (2) Personalidade jurídica de direito público

- () Autarquias
- () União
- () Empresas públicas
- () Sociedades de economia mista
- () Organizações sociais

- a) 1/1/2/2/2
- b) 2/1/2/1/2
- c) 2/2/1/1/1
- d) 1/2/1/2/1
- e) 1/1/1/2/2

62- Assinale a opção que contenha a pessoa jurídica de direito público que pode se apresentar nas formas ordinária, de regime especial e fundacional.

- a) Empresa Pública
- b) Fundação Pública
- c) Autarquia
- d) Sociedade de Economia Mista
- e) Serviço Social Autônomo

63- O Poder de Polícia é exercido em quatro fases que consistem no ciclo de polícia, correspondendo a quatro modos de atuação.

Assinale a opção que contenha a ordem cronológica correta do ciclo de polícia.

- a) Sanção/fiscalização/ordem/consentimento de polícia.
- b) Ordem/consentimento/sanção/fiscalização de polícia.
- c) Fiscalização/sanção/consentimento/ordem de polícia.
- d) Consentimento/ordem/fiscalização/sanção de polícia.
- e) Ordem/consentimento/fiscalização/sanção de polícia.

64- Assinale a opção que contenha os elementos do ato administrativo passíveis de reavaliação quanto à conveniência e oportunidade no caso de revogação.

- a) Competência/finalidade
- b) Motivo/objeto
- c) Forma/motivo
- d) Objeto/finalidade
- e) Competência/forma

65- Assinale a opção que contenha condições que não são tidas como necessárias para a caracterização do serviço adequado, nos termos da Lei n. 8.987/95.

- a) Regularidade/modicidade das tarifas.
- b) Continuidade/cortesia.
- c) Controle/economicidade.
- d) Eficiência/generalidade.
- e) Atualidade/segurança.

66- São exigências para a habilitação de candidatos interessados em licitação promovida pelo Poder Público, nos termos da Lei n. 8.666/93, exceto:

- a) regularidade fiscal.
- b) comprovação de já haver contratado com a Administração Pública Federal.
- c) qualificação econômico-financeira.
- d) habilitação jurídica.
- e) qualificação técnica.

67- Assinale a opção que contenha a correlação correta.

A respeito da responsabilidade extracontratual do Estado, estabeleça a correlação entre o Poder e a causa que enseja a responsabilização.

- (1) Poder Executivo
- (2) Poder Legislativo
- (3) Poder Judiciário

- () Lei de efeito concreto.
- () Manter cidadão preso além do tempo fixado na sentença.
- () Lei inconstitucional.
- () Infração às obrigações gerais devidas por todos.
- () Juiz que, no exercício das funções, proceda com dolo ou culpa.

- a) 1/1/3/2/1
- b) 3/2/1/2/3
- c) 2/2/3/1/1
- d) 2/3/2/1/3
- e) 1/2/2/3/1

68- A teoria que responsabiliza o Estado pelos danos que seus agentes causarem a terceiros sem admitir qualquer excludente de responsabilidade em defesa do Estado denomina-se teoria

- a) objetiva.
- b) subjetiva.
- c) da falta do serviço.
- d) da irresponsabilidade.
- e) do risco integral.

69- Assinale a opção que apresente a correlação correta.

- (1) Licitação dispensada
- (2) Licitação dispensável
- (3) Licitação inexigível

- () Contratação de profissional do setor artístico.
- () Contratação de associação de portadores de deficiência física sem fins lucrativos, de comprovada idoneidade.
- () Contratação de serviços singulares com profissionais de notória especialização.
- () Alienação de bem público por dação em pagamento.
- () Doação de bem público para outro órgão ou entidade da Administração Pública.

- a) 3/2/3/1/1
- b) 2/1/2/3/2
- c) 1/1/2/3/3
- d) 3/1/2/1/1
- e) 1/1/3/3/2

70- São regimes de execução indireta de obras e serviços, exceto:

- a) empreitada integral.
- b) empreitada por preço global.
- c) tarefa.
- d) administração contratada.
- e) empreitada por preço unitário.

DIREITO COMERCIAL

71- Se o empresário **A** cede seu estabelecimento a outrem, não empresário, pode-se afirmar que

- a) o cessionário será qualificado empresário.
- b) após a cessão, o cedente perde a qualidade de empresário de vez que não mais exercerá atividade de empresa por ter-se desfeito dos bens para tanto predispostos.
- c) o cessionário se desobriga em relação às dívidas anteriores à cessão que eram de responsabilidade do cedente.
- d) a transferência do estabelecimento não preserva contratos anteriormente firmados pelo cedente.
- e) a cessão dos créditos referidos ao estabelecimento cedido é automática.

72- O arquivamento do ato constitutivo de uma sociedade limitada na Junta Comercial implica:

- a) a existência da sociedade para os fins de direito, a partir da data de protocolo.
- b) a atribuição de regularidade mercantil da sociedade em questão.
- c) que os sócios demonstrem possuir *affectio societatis* entre si, caracterizada pela assinatura do documento por todos eles.
- d) atribuirá personalidade jurídica à sociedade a partir do deferimento do ato pela Junta Comercial.
- e) não dá aos administradores designados no ato constitutivo os poderes de administrar, pois isso depende da sua posse, a ser lavrada em livro próprio.

73- Qualificar uma pessoa como empresária depende de

- a) a pessoa exercer atividade econômica.
- b) a pessoa organizar a atividade que é exercida por outrem.
- c) a pessoa aceitar os riscos derivados de participar de um mercado como consumidor.
- d) ser aceita sua inscrição como empresária.
- e) adotar uma das formas societárias previstas para o exercício da empresa.

74- A desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica pode ser invocada por:

- a) qualquer associado ou beneficiário de uma associação, se a administração agir de forma irregular.
- b) no caso de sociedades em que os sócios são, respectivamente, marido e mulher, qualquer que seja o regime de bens do casamento.
- c) ser o capital social insuficiente para o volume de atividades econômicas empreendido.
- d) consumidores em face de danos causados por produtos postos no mercado.
- e) falta de recursos no caixa da pessoa jurídica para responder por obrigações frente a credores.

75- Em uma sociedade anônima, se um diretor pratica um ato contrário ao estatuto social, e assim causa dano à sociedade,

- a) todos os administradores respondem solidariamente, tendo em vista o dever de diligência, com direito de regresso contra o autor do ato danoso.
- b) o controlador pode ratificar o ato do administrador em assembléia geral extraordinária.
- c) não será responsável o diretor que, havendo tomado conhecimento do ato, o comunicou verbalmente na reunião da diretoria.
- d) o Conselho Fiscal poderá ajuizar ação de responsabilidade se a diretoria, para tanto devidamente autorizada em assembléia, fizer “corpo mole” por ordem do controlador.
- e) qualquer acionista poderá mover ação de responsabilidade contra o diretor.

76- A doutrina da desconsideração da personalidade jurídica

- a) implica a responsabilidade do sócio que abusou da personalidade jurídica da sociedade porque concedeu aval em nome desta em favor de sociedade controlada.
- b) implica a responsabilidade dos administradores quando praticam atos inerentes ao objeto social, mas fora dos seus respectivos poderes.
- c) implica a responsabilidade de todos os sócios, mesmo que minoritários, tendo havido abuso da personalidade caracterizado por confusão patrimonial.
- d) foi revogada pelo Código Civil (Lei n. 4.006, de 2002).
- e) não se aplica ao Direito do Trabalho, que é regido pela CLT.

77- Em matéria de títulos de crédito,

- a) o aval em uma duplicata pode ser dado antes mesmo do seu aceite pelo sacado.
- b) o banco que desconta a duplicata em uma operação de crédito recebe-a tão-somente por meio de endosso-mandato.
- c) tendo em vista a criação das duplicatas para documentar as vendas a prazo no mercado interno, as letras de câmbio somente podem ser usadas no comércio internacional.
- d) o cheque não é um título de crédito, porque foi proibido por lei que seja endossado mais de uma vez.
- e) o padrão formal das notas promissórias é definido em lei.

78- No tocante à sociedade limitada,

- a) ela somente pode ser transformada em sociedade anônima.
- b) somente pode fundir-se com outra sociedade limitada.
- c) não pode ser cindida, pois se trata de sociedade de pequeno porte econômico.
- d) uma vez aprovada a sua fusão com outra sociedade, o sócio cotista descontente pode dela se retirar, recebendo seus haveres.
- e) sua incorporação por uma sociedade anônima não faz desaparecer o modelo de responsabilidade original dos sócios da sociedade incorporada.

79- A sociedade em comum é um tipo de organização que

- a) pode ser analisada como sociedade de fato.
- b) não define um centro de imputação autônomo.
- c) permite o início da atividade a partir da celebração do contrato societário.
- d) facilita contatos entre a sociedade e terceiros no período necessário para registro do instrumento contratual.
- e) pode persistir no tempo conforme vontade dos interessados.

80- Reconhecida a crise da empresa, pode a administração, com fundamento na Lei n. 11.101/2005, optar pela reorganização judicial ou extrajudicial. Se escolher a primeira, a reorganização judicial, pode-se afirmar que

- a) apenas alguns créditos ficarão sujeitos à deliberação dos credores.
- b) a classificação dos credores em classes visa a unificar as deliberações conforme a homogeneidade dos interesses em disputa.
- c) o devedor pretende manter a administração da empresa.
- d) os credores estão obrigados a aceitar o plano de reorganização apresentado pelo devedor dado que a empresa tem função social e a preservação de postos de trabalho predomina sobre outros interesses.
- e) o plano elaborado pelo devedor parece oferecer aos credores solução que facilita a recuperação dos créditos e a preservação de operações em momento futuro.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br